

DESVENDANDO O INVISÍVEL: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS ACERCA DA INFORMALIDADE

João Carlos Tedesco¹
Adelar Dalsoto²

SINOPSE

No presente artigo busca-se refletir sobre a questão da informalidade. A preocupação central é mostrar, através de um estudo de caso na periferia urbana de Passo Fundo, a profunda inter-relação, conjugação e interpenetração entre a dinâmica sócio-econômica do chamado setor informal com o formal, mostrando sua irreversibilidade e importância no processo sócio-econômico geral.

Palavras-chave: informalidade, sobrevivência, periferia.

1 INTRODUÇÃO

A questão da informalidade é algo de extrema complexidade, tendo em vista as suas inúmeras matizes e roupagens conceituais. O trabalho informal constitui uma parcela significativa nas economias urbanas, principalmente de sociedades subdesenvolvidas. A ocupação da mão-de-obra no setor, a geração de renda e a sua imbricação no processo de acumulação global fazem com que a necessidade de compreendê-la salte aos olhos³.

¹ Mestre em Sociologia Rural pela UFRGS, doutorando em Sociologia na UNICAMP (SP), professor da FEA - UPF.

² Bolsista da FAPERGS.
Participaram das discussões e do processo maior de pesquisa as professoras Selina Dal Moro e Rosa Kallil e as bolsistas do CNPq, Valesca Revers, Elisa Mainardi e Roberta Baldo.

³ A informalidade está entranhada no cotidiano da economia e da sociedade. Ela pode estar presente na favela, num consultório médico, numa grande empresa que monta uma contabilidade paralela para driblar o fisco, etc. A Revista Veja, de 30/11/93, por exemplo, apresenta casos como o da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco, que tem 6.000 fabriquetas de roupas as quais empregam 30.000 pessoas, mas que, pelos registros da prefeitura local, não produz uma única manga de camisa. "A prefeitura é pobre, mas a cidade é rica, não existe desemprego", diz o prefeito. Na área da agricultura, em torno de 45 % da comercialização é feita sem registro. "Os colonos têm consciência de que o governo lhes tomará o dinheiro para desperdiçar", diz Delfim Neto. Acredita-se que a economia invisível representa quase 50% do PIB do Brasil, tendo as regiões mais pobres participação maior nesse processo.

Em nível de conceituação, pode-se dizer que a informalidade é uma etapa do processo econômico global, em que não se estabelecem relações permanentes de assalariamento; não há registro dessas relações e elas não figuram nas contas nacionais; são “invisíveis” aos olhos do Estado, em alguns casos, não havendo uma nítida separação entre capital e trabalho.

Na problemática geral do setor informal, variáveis, como a especificidade da expansão capitalista no país, o papel do Estado, o nível tecnológico, a geração e a distribuição de renda, o perfil cultural e demográfico, entre outras, alimentam discussões e controvérsias no sentido de fornecer subsídios à heterogeneidade das formas que essa dinâmica econômica apresenta.

A ausência de dados, de metodologias e de conceituações mais apropriadas, a falta de um referencial teórico mais conciso, que contemple as matizes heterogêneas daquilo que se convencionou chamar de **setor informal**, dificultam a potencialização e a apreensão mais abrangentes de todas as atividades sócio-econômicas que aí operam. Desse modo, abre-se espaço para se criarem, aprimorarem e redefinirem categorias analíticas indutoras de procedimentos metodológicos que permitem caracterizar conjuntos de atividades informais, agrupá-las, compará-las e perceber sua dinâmica em dimensões histórico-espaço-temporais específicas.

É nesse horizonte que se insere o presente estudo sobre as estratégias de sobrevivência, contempladas no setor informal, no microcosmo de inter-relações locais. Ele permite conferir-se um relevo de articulações possíveis entre o redimensionamento das atividades informais com aspectos históricos, econômicos e sociais desse **locus** privilegiado de investigação, no caso específico o bairro São José da cidade de Passo Fundo. Assim, o local, o específico, poderá tomar amplitude maior, na medida em que é expressivo de um conjunto de relações complexificadas por uma realidade sócio-econômica de determinações históricas mais amplas (AZEVEDO, 1990).

Nessa perspectiva, alguns conceitos/categorias serão importantes para a orientação teórico-metodológica da pesquisa, tais como: o de totalidade, o de práxis, o de vida cotidiana, de produção e reprodução, de alienação, de contradição, de espaço, etc., pois ajudarão a compreender o movimento das trajetórias e das concepções envolvidas na dinâmica informal.

Acredita-se que a realidade é concreta, histórica, construída cotidianamente pelos homens em suas relações sociais. Para apreendê-la, faz-se necessário o envolvimento nos atos, na paixão, nas relações de trabalho, dentre outras, caso contrário, corre-se o risco de falar de alguém descarnado, fazendo-se afirmações

genéricas, despojadas de especificidades, ainda mais em meio às trajetórias complexas que apresenta a informalidade.

Primeiramente, no artigo apontam-se questões referentes ao paradigma de desenvolvimento das últimas décadas, contemplado na revolução científica e tecnológica (RCT), para que se possa perceber a dinâmica mais estrutural que configura as novas relações econômicas e de mercado global. Em conformidade com esse paradigma, posteriormente, apresentam-se algumas teses e noções explicativas da dinâmica do chamado setor informal nos países subdesenvolvidos, mais especificamente, no caso brasileiro, dos aspectos econômicos e culturais. Num segundo momento, pontuam-se algumas situações de um trabalho empírico mais amplo, em desenvolvimento, sobre as estratégias de sobrevivência de um grupo de trabalhadores informais no bairro São José do município de Passo Fundo.

2 QUESTÕES DE “FUNDO”: O PARADIGMA DAS NOVAS RELAÇÕES GLOBAIS

O novo paradigma que contempla a RCT da sociedade moderna, expresso na tecnologia eletrônica e espacial, na biotecnologia, na informática, na robótica, na genética, nos lasers, na energia nuclear, etc., promoveu fenômenos que implicam transformações profundas no processo de acumulação do capital em nível mundial. A intensidade dos novos conhecimentos, materializados também pelos novos métodos de gestão global⁴, pelas telecomunicações, pelo transporte ou pela informática, dá uma nova roupagem ao processo dinâmico das relações mercantis, em escala também global.

Tais processos podem ser expressos, em nível mais estrutural, pela nova concentração/centralização do capital e do poder em nível planetário e, no nível nacional e regional, pela espacialidade geoeconômica (norte e sul, blocos econômicos, etc.). Podem expressar-se, também, no novo imperialismo que comanda a economia mundial, na transnacionalização do capital, na sua internalização nos Estados nacionais e na nova divisão internacional do trabalho, dentre outros.

Em nível de relações sociais globais, tem-se a formação de mão-de-obra de alta qualificação que, junto com a automação, libera o trabalho diretamente produtivo,

⁴ Uma multinacional, hoje, pode desenhar o produto num país, fabricar as peças em outro e, dependendo do custo, montar o produto em outro. A *Nike*, por exemplo, faz o desenho de seus sapatos atléticos nos EUA; transmite o desenho por satélite para a subsidiária de Taiwan, que contrata quarenta indústrias na Ásia para fabricá-los. Da Ásia, eles são vendidos para todo o mundo (Veja, 28 de julho, 1993; pág 79).

reduzindo o poder de barganha do trabalho em relação ao capital (tanto na esfera norte/sul, quanto no próprio espaço do trabalho). Por outro lado, percebe-se uma tendência à diminuição da jornada de trabalho, o que dá origem a uma proporção crescente de tempo de trabalho livre (indústria do lazer) na sociedade, podendo expressar-se também no desemprego⁵ ou na concomitante redução dos salários.

Envolvidos nessa dinâmica, não há dúvidas de que os países pobres são isolados e marginalizados das vantagens desse paradigma, acentuando-se, assim, as distâncias econômicas, culturais e sociais.

A nova geografia mundial está impregnada de paradoxos e contradições, próprios da dinâmica da acumulação do capital. A atual conjuntura mundial expressa um processo de globalização, o qual une nações e regiões dentro de um movimento que integra o conjunto da humanidade e deixa transparecer uma concepção de sobreposição às lógicas particulares. Porém, ao mesmo tempo, as nações/regiões e agentes econômicos e sociais precisam fortalecer-se internamente para poderem competir e se inserir nessa economia mundial. Os mercados globais não operam livremente, e as condições que se firmam são de “sócios desiguais”⁶.

O que isso, entretanto, tem a ver com a questão da informalidade?

2.1 As relações globais e as controvérsias em torno da informalidade

Para todo o analista social, a questão da relação, dialética ou não, do aspecto estrutural com o conjuntural é de extrema importância. Não se pode perder de vista o modelo de desenvolvimento econômico e os atores que gerenciam esse modelo em nível macro.

⁵ Apenas para ilustrar, o caso de São Paulo é de extrema preocupação: só de janeiro a junho de 1994, já foram demitidos 54.000 trabalhadores (dados do DIEESE). O índice de desemprego no Brasil não é novidade, porém, nos últimos 10 anos, segundo dados do IBGE, estrutura-se numa escala crescente, criando uma situação de terror cotidiano no contingente de trabalhadores ainda empregados. Segundo a FAO, dos 155 milhões de brasileiros em 1993, só 30% da população está integrada no mercado formal de trabalho; dos 70% expulsos da produção, 30% não trabalham, 22% são subempregados. Do total da população brasileira, 5,32 milhões trabalham e não são remunerados; 2,4 milhões estão desempregados; 12,3 milhões recebem menos de um salário mínimo por mês; 15 milhões recebem entre um e dois mínimos por mês (dados do Banco Mundial). Os dados alarmantes seriam infundáveis se elencados. Ainda, para ilustrar, há a questão da distribuição de renda (a qual implica diretamente a questão da informalidade). Segundo dados do IBGE, os 90% mais pobres da população recebiam, em 1990, 43,7% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos aumentaram sua renda de 30 mil dólares para 48 mil dólares anuais.

⁶ O próprio GATT informa que apenas 7% do comércio mundial se ajusta aos princípios do livre comércio; o resto constitui um mercado administrado. A continentalização das economias e a nova divisão internacional do trabalho criou megagrupos que definem a geoeconomia do capitalismo transnacional.

Muitos autores analisam a questão da informalidade a partir do modelo de desenvolvimento dependente⁷, que acentua desigualdades regionais e setoriais (agricultura/indústria, por exemplo); concentra e acumula renda; poupa mão-de-obra, prioriza espaços produtivos; sofre estrangulamento externo, entre outros. Esse processo, segundo KOWARICK (1977), deve-se à inserção tardia da América Latina, como um todo, na divisão internacional do trabalho, na qual a produção industrial já aparece com um elevado nível tecnológico e uma dinâmica monopolista de organização produtiva. O uso da tecnologia intensiva para responder às necessidades de acumulação do capital, para obter o máximo lucro, destrói empregos ao invés de criá-los. Racionalizar a produção para obter lucros e supremacia no mercado requer que as empresas desenvolvam métodos produtivos que utilizem tecnologias, pesquisa e gerenciamento sofisticado, o que acaba gerando dispensas de funcionários.

Outro fator explicativo causal da informalidade, abordado por SINGER (1980), é o processo de industrialização e de modernização do espaço agrário, induzindo fatores de mudança, de estagnação e de atração junto ao camponês. Esse processo tornaria a agricultura incapaz de reter seus contingentes populacionais, provocando uma crescente migração de pequenos camponeses em direção às cidades.

Na inter-relação de aspectos estruturais com os conjunturais, têm-se as políticas econômicas recessivas de combate à inflação e os desajustes externos da economia brasileira; somados a esses, a questão da dívida externa, do patenteamento, etc. Tais fatos elevariam os níveis de desemprego e de ocupação informal e aguçariam o descompasso estrutural entre a oferta e a demanda de trabalho nas economias urbanas⁸. No mesmo sentido, observa-se que, nas economias subdesenvolvidas, não existem mecanismos capazes de garantir a sobrevivência dos desempregados

⁷ Segundo KOWARICK (1977), é o caráter dependente das formações sociais que aguça as contradições entre capital e trabalho, inerentes à lógica de expansão do capital. SINGER (1980) mostra que o processo de marginalização de grande parte da população não se deve unicamente ao fator de dependência externa do país, o qual introduz internamente, além de outras questões, tecnologias poupadoras de mão-de-obra, ocasionando desemprego, mas, sim, também, pelo fato de que o excedente gerado internamente não é acumulado na totalidade dentro do país dependente. O autor argumenta que um capitalismo "nacional" não seria tão diferente. É bom não esquecer que, nem sempre mantenedores de salário-desemprego, os países ricos mantêm índices de desemprego altíssimos: Espanha 17%, Itália 11,9%, EUA 8%, Canadá 11% (Folha de São Paulo, 6/6/94).

⁸ É bom que se ressalte que a informalidade não existe só nos países pobres. Nos países ricos, a proporção entre o valor da renda nacional e o número de trabalhadores demonstra que a informalidade também ganha relevância. Porém, outras explicações ganham preponderância, principalmente na ótica liberal, como é o caso da intervenção exagerada do Estado na economia. Nesta ótica, o Estado é ineficiente e burocrático, deslocando pessoas para atividades informais consideradas mais eficientes. Também, em função das crescentes demandas sociais (a serem subsidiadas), aumenta impostos, etc.

“conjunturais”, restando-lhes, como única alternativa, o ingresso no dito mercado informal de trabalho (AZEVEDO, 1990). Dessa forma, aparece o desemprego aberto (ausência de qualquer tipo de ocupação) e a auto-ocupação precária, pela qual se auferem baixos rendimentos⁹.

Muitas outras abordagens buscam verificar a presença da informalidade em meio ao processo de produção formal.

Uma delas, que tentou dar conta da interpretação dessa categoria, partiu do enfoque da “personalidade marginal”. Nessa ótica, centrada mais no indivíduo, enquanto agente não integrado à dinamicidade do mundo produtivo, o sistema de produção na sociedade está isento das responsabilidades disfuncionais. Compara-se a informalidade, nessa abordagem, à produção não-capitalista, ou seja, a um processo de produção marginal, fruto da pobreza de uma camada social. A situação de dependência e de inferioridade recai sobre o indivíduo (cunho psico-sociológico), não sendo relacionadas as suas verdadeiras causas - “não estudei”, “não tive sorte”. A informalidade aparece como um microcosmo isolado e com vida própria. Essa corrente de interpretação justifica um Estado paternalista, cuja função seria defender os pobres e orientar suas ações (OLIVEN, 1980).

Abordagens mais recentes buscam dar conta do setor informal pela superação da idéia de marginalidade, pela visão histórico-estrutural do desenvolvimento, ou seja, “enxergam” o problema sob a ótica econômica (dinâmica da mercadoria e da acumulação do capital) e do funcionamento do sistema que lhe dá origem, percebendo a marginalização dos benefícios do crescimento econômico não como disfunção do sistema, mas, sim, como uma contradição do próprio movimento de expansão do capital.

Defende-se a idéia de que a informalidade está em profunda simbiose com as formas tipicamente capitalistas de produzir. Há uma intensa informalidade no setor formal (venda de férias, contrato-fantasma de trabalho, inexistência de carteira,

⁹ Alguns interpretam a inserção de trabalhadores na informalidade como opção, sob a ótica das “decisões individuais”. Acredita-se ser isso um tanto contraditório numa sociedade onde a miséria e o desemprego vêm crescendo cada vez mais. O problema está, na visão dos autores, no processo de subdesenvolvimento do país e no próprio modelo que o alimenta: concentrador de renda, poupador de mão-de-obra, etc. É evidente que, no caso da presente pesquisa, muitos dos entrevistados não assumem publicamente o fato de estarem desempregados, pois isso os estigmatiza, transferindo-lhes uma espécie de culpa por estarem assim. As formas de pensamento social, adequadas ao modelo excludente, desenvolvem na consciência individual a culpabilidade pela marginalização. Deste modo, é comum ouvirem-se afirmações, tais como: “desprivilegiados da sorte”, “prá quem quer trabalhar emprego tem”, “pró cara que sabe trabalhar emprego não falta”, “a questão do trabalho é uma questão de vontade”.

contrato temporário, subcontratação a domicílio, inexistência de notas e/ou recibos, entre muitos outros), dinamizada tanto pelo trabalhador quanto pelo capital. Além do mais, esse processo faz parte da própria dinâmica de acumulação, em vez de ser um “peso morto”. A informalidade não é improdutiva ao sistema; ela facilita, de maneira direta, o processo de acumulação em algumas empresas capitalistas (como é o caso da apropriação de produtos por comerciantes autônomos, prestadores de serviços que atendem a encomendas, etc.). Serve, também, para atender à demanda de certos bens e serviços em setores onde ainda não se verificam as condições de investimentos capitalistas na produção (artesanato, serviços de manutenção, etc.) e na própria distribuição (comercialização) de bens produzidos por empresas capitalistas. Essa distribuição nada mais é do que uma extensão das empresas capitalistas, pois constitui um elo de sua cadeia de comercialização. KOWARICK (1981), por exemplo, aponta outras funções da informalidade, tais como: permitir a concentração do capital, diminuir o salário e o valor da reprodução da força de trabalho e manter um exército industrial de reserva, etc. Desse modo, não há dúvidas de que a informalidade garante o *equilíbrio* social¹⁰.

A informalidade, acredita-se, seria, ainda, um caminho alternativo e necessário para as economias subdesenvolvidas. Esse setor acaba sendo expressão de uma saída, criativa e espontânea, que as camadas populares principalmente encontram para fazer frente à incapacidade do Estado de satisfazer suas aspirações elementares¹¹ e ao processo de acumulação de capital no país. É bom não esquecer também que há componentes estruturais do desemprego (“desemprego estrutural”), tais como: o elevado grau de concentração de terra e a desigualdade na distribuição da renda, os quais impedem o desenvolvimento de um mercado interno maior e mais diversificado.

AZEVEDO (1993) enfatiza que o setor informal terá que ser visto, adicionalmente, também como uma construção social que passa por dinâmicas

¹⁰ Estudos, em nível de Brasil, demonstram que, nos últimos vinte anos, à medida que a economia cresce, a informalidade se reduz; no entanto, criou-se um crescimento, uma espécie de tecido, no corpo econômico, com caráter de permanência, independente dos períodos de recessão ou de crescimento. Entre a informalidade, há setores que são mais complexos, como é o caso do trabalho ilegal de menores de catorze anos, do mercado negro, do narcotráfico, da prostituição (estes dois últimos atingindo mais de um terço da economia paralela hoje, segundo informações da Receita Federal de São Paulo).

¹¹ Para DE SOTO (1986), a informalização da economia poderá se transformar numa via fértil para a amenização dos problemas econômicos das sociedades subdesenvolvidas em contraposição, também, ao *apartheid* econômico e legal. O problema, portanto, não seria a informalidade, e, sim, o Estado, discriminador, inepto e corrupto.

econômicas singulares, representativas do âmbito das conjunturas e das histórias locais. O modelo de desenvolvimento eurocentrista não contempla as representações, as interações e as ações culturais (preservação de identidades), as ações coletivas e as expressões das condições sociais e institucionais locais. O que a autora propõe é uma nova tipologia de análise que contemple uma “lógica de localidade” que, longe de ser retrógrada, passiva, seja buscada no dinamismo que guia as perspectivas, as atividades, de acordo com uma esfera econômica e sócio-cultural determinada. Esta nova ótica desenvolve estratégias próprias de ação e de reação, permitindo afastar-se o discurso unificador e o redutor, que divisam a informalidade pela sua articulação estritamente funcional às formas globais do capital.

Enfim, as abordagens são inúmeras. O que se considera, em conformidade com AZEVEDO (1985), é que antes de se determinarem conceitos e funções ou disfunções, o importante é perceber-se a articulação entre os dois setores. Desse modo, as formas econômicas informais não são entendidas isoladamente, mas, sim, articuladas ao processo dinâmico e contraditório de acumulação do capital, o qual cria, no seu movimento, relações contrárias ao seu próprio processo. Necessário se faz resgatar no corpo econômico-social estas tarefas, aparentemente invisíveis; descrevê-las, analisá-las e ter claro **por quem, para que e em que situações** se materializam.

É sob esse horizonte de interpretações que se analisarão algumas práticas (estratégias de sobrevivência), vivenciadas e implementadas por moradores das periferias de Passo Fundo, especificamente o caso do bairro São José¹².

2.2 A apreensão do empírico

Os moradores do bairro caracterizam-se pela heterogeneidade cultural: grande parte são caboclos, provenientes de determinadas comunidades rurais que hoje circundam o município de Mato Castelhana e de Coxilha, espaços caracterizados pela presença de médias e grandes propriedades rurais, extremamente mecanizadas e limitadoras de mão-de-obra: “Eu sou lá do Rincão dos Lopes (...). Faz horas (12 anos) que não vou mais prá lá. Aquilo virou uma coisa, é pura granja...”. Outro: “Em Coxilha é Basegio (sobrenome do proprietário) de início ao fim (...). Tinha muita gente lá.... se tinha! Estão todos entulhados aqui”. No bairro, encontram-se, ainda,

¹² As observações aqui expostas têm um caráter meramente especulativo, pois ressalva-se que os contatos de campo são ainda parciais.

muitos italianos, alemães e poloneses, alguns provenientes do interior de Marau, de Tapejara, de Casca, de Carazinho e de outras localidades.

Os aspectos culturais e os estratos econômicos heterogêneos, o sistema de valores, as ambições para o futuro, a aceitação ou não de sua situação presente, a transmissão de um patrimônio sócio-cultural comum e a integração na economia de mercado dão o perfil da complexidade desse espaço, que não pode ser compreendido num único plano de análise.

A ótica da ruptura com o passado e do bloqueio frente às condições sociais presentes (espaço de trabalho restrito, desprovimento de patrimônio sócio-cultural, o espaço periférico e toda a sua carga econômica, social, cultural e moral) sempre estiveram expressos nos contatos feitos.

As tabelas a seguir foram elaboradas a partir de um questionário aplicado a 53 famílias¹³ e expressam, numericamente, a análise.

Tabela 1 - Local de procedência dos moradores do Bairro

Local	Quantidade	Porcentagem
Cidade	16	30,18
Interior	37	69,82
Total	53	100,00

Fonte: Pesquisa de campo/ entrevistas.

Praticamente, as 53 famílias entrevistadas vieram do interior na década de 70, embora nem todas tenham residido, na época, no bairro em estudo. Algumas se desmembraram, moraram em locais urbanos diferentes, tendo, posteriormente, retornado ao bairro pesquisado; outras são expressivas do processo de migração interna. Alguns entrevistados, inclusive, se mostraram arrependidos, pois conseguiram comprar os terrenos, porém não conseguem legalizá-los: “Pagamos e não temos a escritura, diz que tem que pagar mais R\$ 150,00 para liberar (...). Acho que estão nos enrolando novamente¹⁴. (...) Vender fica difícil, porque isso está tudo desse jeito”.

¹³ O questionário foi elaborado pelos pesquisadores após várias visitas feitas ao bairro. Foram visitadas mais de cem famílias (algumas até três vezes), as quais foram identificadas e, nessa relação, conseguiram “tipificar” uma amostragem representativa que levou em conta as diferentes situações em que se encontram: número de filhos, presença do trabalho informal, condições econômicas e procedência, não importando se fixaram residência em outro bairro ou vila antes de se localizarem no bairro São José.

¹⁴ Grande parte dos terrenos da “baixada” (região mais pobre) pertenciam a Noé Chagas que, ao falecer, deixou-os para os filhos como herança. Por motivo de intrigas familiares e outras razões não especificadas, os

Entre os motivos que os levaram a residir no bairro, encontram-se aspirações diferentes, porém expressão de um mesmo processo, que revela os problemas das transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro pós-70, as quais provocaram a redução do espaço de sobrevivência econômica do pequeno agricultor, interferindo no processo de reprodução (herança dos filhos) da unidade familiar.

Tabela 2 - Causas da transferência das famílias para a cidade

Motivos	Quantidade	Porcentagem
Falta de trabalho	09	16,98
Busca de vida melhor	06	11,32
Pouca terra	11	20,75
Menor distância da escola	07	13,20
Casa própria	06	11,33
Outros	06	11,33
Não responderam	08	15,09
Total	53	100,00

Fonte: Pesquisa de campo/entrevistas.

O espaço do emprego também se mostrou restrito, tendo muitos dito que, apenas por questões de consciência, não voltaram para o interior (desta vez como empregados), pois tiveram dificuldades para obter emprego na cidade: “Não era como se pensava, né (...), a coisa aqui é bem outra”.

Tabela 3 - Atividades executadas no primeiro emprego

Empregos	Quantidade	Porcentagem
Serviços na UPF	06	11,32
Comércio	03	5,66
Doméstica	13	24,52
Servente de pedreiro	04	7,55
Garçom	03	5,66
Costura	04	7,55
Outros	20	37,74
Total	53	100,00

Fonte: Pesquisa de campo/entrevistas.

Das 53 famílias entrevistadas, 31 exercem atividades puramente informais, sendo o motivo maior desta “opção” o desemprego e o salário baixo. Em relação às mulheres, esse processo está mais presente, dedicando-se elas à costura e a serviços como domésticas (cinco e quinze, respectivamente). O desemprego, nesse universo de pesquisados, apresenta-se num patamar de 8% e cerca de 18% dos entrevistados

terrenos não estão legalizados, o que significa que os atuais moradores (em número muito grande) pagaram para ter a posse, mas não têm, por enquanto, a propriedade.

se obrigam a conciliar trabalho formal (em empresas) com atividades informais (biscates, serviços gerais como diaristas, etc.).

As relações econômicas e sociais presentes nesse espaço delimitado chamado periferia urbana guardam para si matizes, contornos, dissensos, rupturas, simbologias, representações, que vão norteando, reproduzindo, assimilando, modificando a cotidianidade social nesse meio. A informalidade, por exemplo, está se tornando lugar comum. O cotidiano tradicional da concepção e das atividades de trabalho está passando por uma radical transformação, fruto de situações macroeconômicas que se refletem nesse espaço, o qual obriga à reflexão sobre a categoria trabalho.

A informalidade, no bairro, apresenta-se sob uma infinidade de formas¹⁵ e é expressa por categorias de pessoas diferenciadas desde o aspecto étnico-cultural até pelas diversas faixas etárias e estratos econômicos. Priorizaram-se algumas questões de cunho social, envolvendo trabalhadores a domicílio (confeções em couro, em lã, em pele de coelho e em tecido), empregadas domésticas e biscateiros. Essa delimitação do objeto de investigação, para efeito de um artigo, deu-se em função de essas atividades envolverem relações de trabalho e de gênero complexas, as quais transcendem variáveis econômicas.

2.2.1 O trabalhador a domicílio: definindo o conceito

Segundo PRANDI (1978), o trabalho domiciliar caracteriza-se pelo uso da própria força de trabalho aliada à dos membros da família. É o indivíduo que trabalha por conta própria, autônomo, auto-empregado, que não tem nenhum vínculo empregatício, não entrando, no cômputo dos seus custos, o valor do espaço doméstico, a depreciação dos utensílios usados nem o trabalho não-remunerado de membros da família. Diz, ainda, o autor que essa forma de trabalho colabora para baixar o custo do produto, porém só é viável quando os produtos que dela resultam são aceitos pelo mercado consumidor.

Dessa forma, o trabalhador do setor informal a domicílio é o que tem em suas mãos os instrumentos de trabalho; participa diretamente das atividades produtivas,

¹⁵

As tarefas informais mais comuns no bairro, segundo entrevistas com mais de cento e vinte moradores, são: diaristas (domésticas em "casa de família"), pedreiros, catadores de lixo, encanadores, pasteleiros, vendedores ambulantes (de frutas, de cosméticos, de objetos do Paraguai), lojas clandestinas, jogo do bicho, propagandistas de lojas, de políticos, de eventos sociais, cabeleireiras, doceiras que atendem a encomendas, comércio de confeções, etc.

com ou sem ajuda da família; tem conhecimento e controle do processo de trabalho, do uso do capital proveniente da venda dos serviços ou das mercadorias, da descontinuidade e da intermitência do fluxo da produção, entre muitos outros.

2.4 Alguns elementos da pesquisa

O trabalho, nos estabelecimentos produtivos a domicílio (EPD) pesquisados, é recente no bairro, não ultrapassando mais de cinco anos de existência. As atividades são realizadas na própria residência; a mão-de-obra é quase que exclusivamente familiar, sendo mais intensa e importante a da mulher. O trabalho assalariado, nos estabelecimentos, só existe sob a modalidade de diarista: “Pegamos diaristas, pagamos sobre um salário e meio”. “Precisa (...), quando as meninas têm mais atividade na escola”, diz uma costureira. Alguns produtos são feitos sob encomenda; outros, estocados e/ou comercializados imediatamente por membros da família: “Trabalho quinze dias na produção e quinze dias saio vender na cidade ou região”, diz um confeccionador de ursinhos. Outras vezes são recrutados aleatoriamente e selecionados vendedores ambulantes.

Para melhor entendimento, desmembrar-se-á a análise em alguns elementos específicos, tais como a questão de gênero, o trabalho assalariado, a produção, a comercialização, o trabalho familiar e o tempo de trabalho.

2.5 A mulher no processo de trabalho

Há controvérsias sobre o papel da mulher no processo de trabalho em meio ao modo de produção capitalista. Ao se folhearem alguns escritos de Marx, vê-se que, mesmo não desenvolvendo uma análise específica sobre a questão de gênero, foi a divisão dos sexos no trabalho que deu origem à divisão do trabalho, a qual, nos seus fundamentos fisiológicos, foi, posteriormente, substituída por pressupostos econômicos. Marx preocupou-se com a dimensão econômica da sociedade e do homem, fundamentalmente o universo da mercadoria. Porém, é nesse horizonte dos meios e das relações de produção, de circulação e de apropriação das mercadorias que deve ser entendida a divisão do trabalho, o feminino doméstico gratuito e o feminino remunerado. A introdução da máquina, exigindo trabalhadores sem força muscular, a produção e a reprodução da força de trabalho, o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização transformaram o **trabalho concreto** das mulheres também em **trabalho abstrato** (produtor de mercadorias). Dessa forma, suas

“virtudes femininas” e a “ternura de sua natureza” transformaram-se em meio para exploração do capital.

Para DURKHEIM (apud YANNOULAS, 1982), a diferenciação social e sua divisão por sexos propriamente dita acontecem com a solidariedade orgânica (tarefas e funções) da sociedade moderna. A divisão por sexos no trabalho, principalmente no interior da família, seria fonte de coesão familiar através da solidariedade, da especialização, do limite e da especificidade das atividades de cada um.

Em síntese, Marx via, na maquinaria, a “igualdade cultural” do homem e da mulher frente à exploração capitalista. DURKHEIM constata as diferenças de gênero em função da evolução social. Outros autores, mais sob a ótica cultural (Simmel, Bourdieu, etc.), entendem que a cultura ocidental moderna (supressão do subjetivo pelo objetivo, coisificação da cultura, especialização, etc.) seria a responsável pela forma de divisão do trabalho. O masculino, nessa concepção, seria determinado pelo prático, pelo fazer, pelo produzir, voltado para o exterior; o feminino estaria centrado em si mesmo, para o interior. Desse modo, a cultura ocidental não tem um caráter assexuado, neutro, mas, na sua essência, masculino.

Enfim, acredita-se que, analisados isoladamente, os fatores causais (dimensão econômica, social e cultural) não dão conta da complexidade que envolve a divisão do trabalho e as questões de gênero hoje. É preciso ter em mente os múltiplos aspectos do real presentes nessa relação.

Não há dúvidas de que o papel atribuído à mulher repercute sobre sua profissão, sobre seu espaço de trabalho. Necessário se faz perceber a inserção da mulher no mercado informal de trabalho, envolta nessa dimensão mais ampla que vai desde a divisão por sexos no trabalho, tanto na sociedade quanto na esfera do lar, privilegiando a idéia de família e trabalho ou reprodução e produção, até sua subordinação na sociedade mercantil. O que se quer, aqui, é analisar as relações informais de trabalho da mulher no sentido de se identificarem mecanismos e situações expressivas do âmbito sócio-cultural a que pertence.

O produtor direto é possuidor dos instrumentos, do estoque de bens e das qualificações para o desenvolvimento da atividade. Nesse sentido, torna-se difícil perceber aí uma nítida divisão entre capital e trabalho. Desse modo, o trabalhador (confeccionista) informal participa da produção simultaneamente, sob as formas de patrão e de empregado; além de empregar a si mesmo, engaja familiares e conjuga seu trabalho de produção com o de gestão (CACCIAMALI, 1993). O aspecto burocrático, com sua inerente impessoalidade, não existe. O produtor-trabalhador controla seu processo de trabalho numa forma extensa e o estende aos outros

participantes, ou seja, por mais fragmentadas que sejam as tarefas e os tempos, esse fato não impede que o trabalhador e “seus empregados” conheçam a globalidade do processo que origina o produto. Para as costureiras, isso é bem claro: “Eu sabia fazer tudo, é de início ao fim”. A intermitência e a descontinuidade no processo de produção são comuns. Em consonância com as próprias características do trabalho e do espaço de trabalho (extensão e/ou residência familiar), as relações vicinais, os desejos e as preferências pessoais se misturam com práticas de trabalho. Constataram-se televisores e rádios ligados nos “ateliers”; na presença de visitas, patrão-trabalhador e empregados paralisavam as atividades, ou, enquanto conversavam, trabalhavam. Nessas relações, o tempo tem ritmos diferenciados; não parece totalmente revestido de racionalidade, como o é na produção mercantil; ao contrário, dimensiona-se conjuntamente com elementos “tradicionais”, morais, de vizinhança, etc., em função das necessidades dos “outros” trabalhos familiares.

Inúmeras vezes, flagraram-se mulheres dirigindo-se à cozinha para “cuidar das panelas” ou ver “se os filhos estão mesmo fazendo os temas, porque se não podem estar aqui, né”. Não é difícil deduzir que o trabalho feminino, inserido no mercado produtivo informal, não pode ser caracterizado unicamente como mão-de-obra. A ideologia da domesticidade de suas atividades está bem presente (cuidar, ensinar, limpar, costurar...), ideologia esta que encobre seu trabalho como contribuição para a economia do lar, como produtora de valor, portanto¹⁶. A construção de uma identidade própria em relação às expectativas e papéis sociais e do próprio mundo familiar é mais difícil para as mulheres¹⁷. A individualidade feminina, mesmo sendo vista no espaço de trabalho mercantil, é construída com mais veemência como um membro da família - como mãe, esposa e/ou filha - do que como trabalhadora, ou, no máximo, quando consegue conciliar uma atividade geradora de renda com as exigências da dinâmica do lar. Não é sem razão que uma pasteleira relatou depender

¹⁶ Muitas vezes, o mito da “dona de casa” esconde a “ginástica” que as mulheres fazem para contribuir com o orçamento familiar, principalmente no mercado informal. No bairro pesquisado, levantaram-se inúmeras atividades desenvolvidas pelas mulheres, entre as quais: pasteleiras, pedicure a domicílio, lavadeiras em “casa de família”, catadoras de papel e de lixo, doceiras, babás eventuais, isso sem se falar nas mais institucionalizadas, tais como faxineira, doméstica, etc. O levantamento destas tarefas é importantes na medida em que contribui para a compreensão de que o emprego remunerado/assalariado está longe de ser o único que determina o nível de vida das pessoas de baixa renda.

¹⁷ O processo de urbanização no Brasil intensificou-se com as migrações campo - cidade. No entanto, quase nunca se menciona que quem mais migra são as mulheres devido às dificuldades em termos de emprego e de renda e de seu papel no espaço econômico global tanto no campo quanto na cidade. O bairro São José não foge à regra. Não há dúvidas de que, a partir da organização social do gênero, pode-se entender a organização das atividade econômicas no espaço e vice-versa.

a quantidade de pastéis diários vendidos do tempo que os filhos não ficam “estorvando” - “mandando eles prá rua ou prá escola, folga mais”.

As obrigações domésticas, além de estarem introjetadas culturalmente na mulher, reproduzem-se constantemente e, contraditoriamente, nos homens (maridos). Essa concepção das obrigações fez-se presente em inúmeras declarações masculinas - “Ah! vive sempre meia doente, já disse várias vezes que é só prá ficar em casa. (...) que fique sem trabalho pelo menos até fevereiro, março(...) Não é fácil sair naqueles frio brabo e ir até lá perto da Menegaz”. “(...) que faz falta aquele dinheiro faz, né, mas vai trabalhar, faz o serviço, é comida, é roupa (...)!. Eu vejo prá mim mesmo, se chega em casa e não dá tempo prá nada. Dá prá viver (sobreviver) assim mesmo”. O que se quer dizer é que suas práticas cotidianas estão marcadas pela construção de identidades sociais e sexuais que se encontram muito além do mundo específico do trabalho. Ao que parece, essa ligação que existe entre trabalho mercantil a domicílio e papéis femininos é fruto de um processo de socialização, no qual a “funcionalidade” feminina se materializa mediante a aquisição de um saber que objetiva reproduzir a unidade doméstica. Para a mulher, costurar, por exemplo, não se constitui numa aprendizagem para a profissionalização (para o mercado de trabalho) e, sim, numa preparação para o seu futuro papel de esposa e de mãe, para a redução dos custos domésticos, para provimento de suas próprias necessidades e dos demais membros da família¹⁸.

Indagadas sobre os motivos que as levam a serem faxineiras, lavadeiras ou diaristas em “casa de família”, como elas dizem, as respostas mais presentes entre doze entrevistadas foram: contribuir para a economia do lar, já que o salário do marido é baixo; oferecer aos filhos melhores condições; “livrar as contas delas” (amenizar a dependência econômica em relação ao marido); impossibilidade de “um emprego fixo” devido ao seu papel doméstico; baixa escolaridade, a qual, segundo três delas, expressa inferioridade no mercado de trabalho. Colocações como estas tinham lugar comum nas entrevistas: “Não tenho estudo para encontrar outro serviço”; “Não consigo emprego fichado”; “Não posso escolher onde trabalhar”; “Se não tivesse esse trabalho não sei não, acho que morreria de fome”. Outra, expressando a luta por trabalho, diz que “se quebrar, se quebra sozinho, ninguém dá bola. Não tem aonde não fui (...), tratam a gente que nem cachorro (...). Estou indo

¹⁸ É difícil entender, econômica e racionalmente (custo-benefício), essa forma de trabalho, se não se levar em conta os elementos que estruturam o trabalho doméstico. Uma das cabeleireiras do bairro (não legalizadas) diz que não se importa em pedir licença a uma freguesa, se “tiver que mexer o feijão na cozinha”.

agora cortar lenha, capinar terreno prá ganhar alguma coisa. Até fazer e carregar massa (concreto para construção) já fiz”. Outras responderam sob a visão da liberdade e da autonomia, inclusive explicando o fato de não terem carteira assinada (pois trabalham mais de três dias semanais nas mesmas casas) como uma forma de ficarem isentas de maiores obrigações: “Se um filho tá doente ou tenho muito serviço em casa, deixo de ir daí né”, diz uma delas. A regularização do trabalho, nesse sentido, representa falta de liberdade e um certo grau de subordinação.

Quando indagadas sobre projetos para o futuro, a maioria das entrevistadas, tanto as domésticas quanto as que trabalham nos “ateliers”, apontaram a vantagem e a importância da continuidade de atividades “sem patrão”, da “autonomia”; algumas até gostariam de ampliar o horário de trabalho, de fazer cursos; duas consideram que, além de fazerem as peças (confecções em tecido e couro), teriam que vendê-las também: “Eu sempre fui meio cigana, gosto de sair vender, nem que seja roupa usada. O bom seria fazer e a gente mesmo vender”. Dentro do imaginário pessoal e social, algumas mulheres expressam a necessidade de independência frente ao marido: “Ganhar o próprio dinheiro, daí não se depende, né”; a utilidade social pelo trabalho em contraposição ao seu papel social: “(trabalhando) se sente melhor, né, não é aquela coisa de ficar em casa”. O trabalho propicia uma contraposição da consciência individual à construção sócio-cultural que define as esferas de atividades específicas para a mulher, como um arranjo cotidiano conveniente ao espaço doméstico.

Ainda que não se relatem as inúmeras respostas, pois o trabalho se tornaria enfadonho, percebe-se que, em linhas gerais, as entrevistadas não contemplam, no seu imaginário e/ou perspectivas futuras, a possibilidade de romperem com a estrutura de trabalho informal, ou seja, não expressam (com exceção de duas que disseram: “bom é ir para o legal - carteira assinada e numa empresa - porque se fica mais seguro”) a provisoriedade da atividade informal. Além disso, parece que o trabalho feminino é parte integrante de uma intencionalidade maior (no nível do simbólico), que envolve não só a elas, mas à família, seja no universo da reprodução, na concepção social que define sua renda secundária e complementar¹⁹.

Enfim, um artigo apenas não permite que se avance muito nesta questão específica da renda. O importante, entende-se, é que a concepção de seu trabalho não objetiva a identidade social referente ao campo de trabalho, não vai muito além

¹⁹ Das doze empregadas domésticas entrevistadas, a que mais participa da renda familiar não chega a atingir 30% da do marido.

da contribuição para o bem-estar da família (principalmente no caso das faxineiras). A ausência de uma profissão, o papel de dona de casa, a consciência de inferioridade²⁰ no campo de trabalho, o fato de serem elas responsáveis pelo atendimento direto aos filhos, etc., determinam a necessidade de encontrarem formas de gerar rendas adicionais.

2.5.1 Relações de trabalho nos “ateliers” a domicílio

A subcontratação de serviços de “terceiros” dá-se em função da demanda ou da sazonalidade. Por exemplo, na época de início das aulas, aumenta o número de pedidos das empresas e a venda no varejo de pastas, estojos, sacolas, etc. Para as doceiras e fabricantes de ursinhos, aumentam as encomendas em final de ano, festas, Páscoa, inverno. Esses são os momentos em que ocorrem as contratações. Habilidade - “a gente perde muito coró com quem não sabe” -, laços pessoais, auxílio aos menores de rua, experiência, ocultação de aspectos de legislação e tributação, etc., são alguns dos critérios componentes do processo de seleção. Desse modo, os “empresários” reduzem o custo do trabalho contratado, pois evitam encargos sociais, despesas com admissão e demissão, flexibilização frente a instabilidades de demanda, além de poderem recrutar, para determinadas tarefas, mão-de-obra desqualificada e em períodos esporádicos.

Ao visitar um dos “ateliers”, em três situações, em pleno sábado à tarde, encontraram-se menores trabalhando em atividades sem vínculo empregatício - “... se pega quando o serviço aperta”-. O trabalho familiar representa a solução mais significativa para quase todos os entrevistados, mesmo não se constituindo de forma sistemática e regular. Desse modo, por ser eventual, imbrica-se mais com a dinâmica da atividade doméstica. Na visão de uma “patroa - trabalhadora”, “somos em três, mas tem hora que o piá ajuda também. (...) O que já passou de gente aqui que aprende - além de ter que ensinar e tudo - e depois vai embora. Muitos acham o trabalho pesado (...), não sei acho que não têm vontade de trabalhar mesmo. (...) Da família é melhor”.

Por ser uma atividade aleatória, temporária -“estão sem trabalho mesmo!”-, os contratados, ao que parece, não estão muito preocupados com o fato de não terem carteira assinada. Aliás, alguns deles não conseguem nem entender o significado

²⁰ É importante ter presente que, além das analisadas aqui, inúmeras outras são provenientes do meio rural (nove são filhas de pequenos camponeses, quatro, de arrendatários, três, de assalariados - peões - rurais).

disso. Alguns pais até incentivam o trabalho informal de seus filhos menores, entendendo ser a legalização um peso para o amigo, parente ou conhecido contratante. Apenas para ilustrar, uma cabeleireira relata que sua filha de dezesseis anos trabalha num escritório despachante de um conhecido e que é melhor não pedir que ele assine a carteira: "Vai que de repente perde o emprego. (...) a gente dá graças a Deus quando encontra um assim. (...) Já que não querem trabalhar aqui (salão de beleza também clandestino), que vão achar alguma coisa então"²¹. No universo simbólico da mulher, a sua atividade é tão desvalorizada que acaba ferindo sua auto-imagem ou a sua própria identidade, ou seja, percebeu-se a dificuldade que muitas delas têm para desenvolver por si só as expectativas da hierarquia de gênero. O trabalho a domicílio tem profunda ligação com o trabalho doméstico. Desse modo, a profissionalização da atividade está comprometida na esfera da concepção macrossocial, como na própria família. Não é sem motivo que a maioria das mulheres dizem que, ganham bem menos que o marido, apesar de trabalharem muito mais, pois "o que se faz fora (doméstica) tem que fazer aqui também". De acordo com uma delas: "levanto todo o dia cinco e meia prá deixar tudo pronto (café, almoço, roupa lavada...)". Cria-se, assim, uma "domesticação do trabalho produtivo" (SORJ, 1993), o que não é percebido na dinâmica racional como um trabalho profissional.

Essa nova concepção de trabalho assalariado sem carteira assinada atinge principalmente pessoas jovens, do sexo feminino, que estão entrando no mercado de trabalho. Acredita-se que a crise econômica e a terceirização da produção de bens e serviços estão no escopo dessa tendência. Com isso, não se quer isentar alguns empresários inescrupulosos que, como forma de defesa frente à crise, reduzem custos indiretos da contratação de mão-de-obra, considerando essa forma de trabalho melhor que o desemprego²².

²¹ É bom localizar, na discussão, as idéias de SINGER (1977, p.10), o qual critica posições que colocam o emprego como o único indicador do desenvolvimento econômico ou o emprego como única oportunidade de "ganhar a vida". Diz o autor: "A ótica que vê no emprego um benefício a ser esperado do crescimento econômico é a ótica do capital que tende a se justificar socialmente com o fato de que oferece lugares de trabalho a numerosas pessoas. Do ponto de vista destas pessoas, que se vêem obrigadas a se esfalfar por toda a vida em troca de uma remuneração quase nunca adequada, o privilégio de ter para quem vender sua força de trabalho é duvidoso".

²² Estudos em nível de Brasil (1993), a partir do Suplemento PNAD de 1989, demonstram que apenas um terço dos trabalhadores por conta própria manifesta o desejo de possuir a carteira de trabalho assinada (SABÓIA, 1994). Estudos também mostram que, no início dos anos noventa, ocorreu uma intensa queda da importância do emprego com carteira, no qual a remuneração média é menor e a proteção previdenciária praticamente não existe.

Faz-se, agora, uma breve pausa na análise empírica para ilustrar o grande índice, em nível de Brasil, de trabalhadores sem carteira assinada.

Tabela 4 - População ocupada por situação nas regiões metropolitanas - 1982 - 1992

	São Paulo	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Salvador	Recife
Empregados	79,0	74,9	73,1	72,9	69,7	69,1
- com carteira	62,2	61,5	53,8	53,6	49,1	44,0
- sem carteira	16,1	13,4	19,3	19,3	20,6	25,1

Fonte: P.M.E./IBGE.

Percebe-se, pela Tabela 4, que há regiões metropolitanas com parcela significativa de trabalhadores assalariados sem carteira assinada. A partir dessa tendência mais global do Brasil, pode-se inferir que cidades como Passo Fundo, de população relativamente grande e com pouca oferta de emprego, tornam-se também sensíveis a essa situação (eis aí um espaço para novas investigações!).

O espaço econômico informal, como se colocou alhures, é heterogêneo por natureza; expressa configurações específicas, as quais dependem do ritmo da produção e do desenvolvimento capitalista num espaço temporal também específico. Em cidades predominantemente ligadas ao setor comércio e serviços, como Passo Fundo, é elevada a proporção de atividades e de pessoas envolvidas na informalidade, à margem das regulamentações do fisco²³.

Portanto, a realidade específica está evidenciando matizes complexas e extremamente diferenciadas entre si que dificultam a compreensão dessas novas articulações no processo de trabalho, se não se levar em conta a organização da produção e sua expressão social também no setor informal.

2.6 A dinâmica espaço-temporal no trabalho informal a domicílio

Uma costureira:

“Levanto cedo (6:00) ajeito a comida do meio-dia e as coisas da casa, né, porque o marido também sai cedo porque tem que pegar dois ônibus. Ele leva a comida. Tem que ser assim, voltar duas vezes não dá.(...) Aí eu costuro, né. Não é direto, as (atividades) de casa se faz também, né”.

²³ Segundo MONTROYA (1993), o setor de serviços é o que mais participa na geração de renda do setor informal em relação à renda interna do município de Passo Fundo (17,30%), contemplando mais de 50% da sua população informal.

Outra:

“Não tenho horário fixo, depende do serviço (volume de encomendas). Tem dias que não se respeita o horário de descanso (...). O meu marido e as crianças fazem alguma coisa também”.

Uma doméstica:

“Levanto seis horas, ele também (o marido). Faço o que dá e as sete estou no serviço. Almoço lá. (...) Posso tomar até banho lá. Me dão muita coisa. São gente boa. (...) A menina (filha de 11 anos) faz o que fica daí”.

Outra doméstica:

“Tá difícil, uma vez só ele (o marido) trabalhava e se vivia superbem. Agora! (...). Estou contente (no atual serviço), trabalho em prédio. É bom de limpar, não tem que lustrar, limpar vidro. Cada vez mais moderno! (...). Acho que no meu serviço posso até escolher onde trabalhar. O que tem de gente que procura. (...) . É só ir pelo certo”.

Esses depoimentos são expressivos do cotidiano de muitas mulheres do bairro. A análise do cotidiano do trabalho dessas mulheres precisa levar em conta o espaço da família e as relações sociais que o compõem. As categorias tempo e espaço se superpõem à lógica trabalho e família..

Por outro lado, buscaram-se atualmente estratégias também em nível empresarial, no sentido de exteriorizar a produção e/ou serviços através, principalmente, do recurso à subcontratação a domicílio. As pesquisas vêm mostrando que esse recurso tem se constituído numa prática atraente para aquelas empresas que produzem por encomenda. Algumas das suas vantagens são: economia no uso de instalações, de máquinas e de equipamentos, redução nos custos de admissão e de gestão de mão-de-obra, flexibilidade para enfrentar flutuações de demanda, encargos sociais, custo de trabalho direto, dependência da parte contratada em face da contratante, desvinculação direta entre capital e trabalho, etc.

No caso das confeccionistas, o espaço de trabalho a domicílio possibilita-lhes conciliarem uma atividade geradora de renda com as necessidades da dinâmica familiar, assim como lhes oportuniza uma certa autonomia na organização do tempo de trabalho. Dessa forma, o espaço de trabalho é o espaço da família e suas relações sociais constituintes. Os “ateliers” pesquisados funcionavam em espaço construídos especialmente para isso (um “puxado” num canto da casa), ou então, no caso de três, confundiam-se com as dependências de uso comum da família. O sucesso das vendas de um dos “ateliers” fez com que “se aumentasse o espaço, pegamos toda a garagem

agora. (...) O carro fica fora”. A produção as negociações, as vendas, o escritório, tudo funciona no mesmo espaço.

Também passa pelo crivo da imbricação o tempo de trabalho remunerado e o doméstico, ambos superpostos. A flexibilidade de horários, a elasticidade do tempo (duas relataram que trabalham até altas horas da madrugada, aos sábados e até aos domingos), não permitem um cálculo preciso do tempo dedicado ao trabalho, mesmo porque este cálculo racional em meio a questões de gênero é de difícil mensuração, sendo a atividade econômica cotidiana considerada como parte integrante da “dinâmica da casa”. Uma das doceiras entrevistadas diz: “De quinta até sábado me volto pros doce. É pro Espetão, prá Brahma, pro Panorâmico, prá vendê na faculdade, aqui pro bairro mesmo”. O critério que delimita a intensidade do tempo de trabalho, da vida familiar e do lazer é a demanda. No caso das confecções de ursinhos e de jaquetas, um dos trabalhadores permanece uma parte do tempo produzindo e outra parte vendendo: “A mãe e algumas vizinhas ficam tocando e eu saio vender. Vou por tudo, até pro Barracão (norte do Paraná). (...), aqui na região somos só em dois neste ramo”.

Algumas faxineiras e lavadeiras relataram que possuem uma certa flexibilidade no tempo: “Dependendo da precisão, né, (...), do trabalho da gente, (...) é que se vai daí, né”. O próprio local de trabalho, segundo uma delas, reveste-se de uma certa autonomia: “Quantos que querem (...). Depois que eles te conhecem, passam informações sobre a gente. (...) Olha, trabalho se quisesse tem prá todo o dia. Mas é que não dá, né. E a casa?”

No ato das conversas e/ou entrevistas, buscou-se sempre dimensionar a história de vida dessas mulheres. Percebeu-se claramente que, pelo fato de terem saído do interior e de terem vindo para a cidade, casadas ou não, direcionaram-se para o trabalho doméstico, de sua casa ou fora dela. O espaço urbano limitou seu campo de ação²⁴, sobrando-lhes as atividades de cuidados de casas (ou de sua casa)²⁵ e dos filhos.

²⁴ É bom que se diga que a periferia, enquanto mercado de força de trabalho, também é desvantajosa para o homem. Devido à intensa oferta de mão-de-obra existente na cidade, grande parte da força de trabalho da periferia encontra-se em desvantagem para competir no mercado de trabalho. Não é por nada que há um contingente imenso, no bairro, de vigilantes, vendedores ambulantes, chapas, tarefeiros de funções variadas (“biqueiros”), entre outras. A aguda crise econômica, o desemprego e a deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores, alterações na distribuição da população economicamente ativa, refletem-se no aumento do número de autônomos e no subemprego, disfarçados sob a forma de “bicos” ou “quebra-galhos”.

²⁵ Apenas para ilustrar, em setembro de 1994, segundo relação fornecida pela Divisão de Recursos Humanos da UPF, 133 funcionários da UPF residiam no bairro São José. Destes, 55 (43%) eram serventes; 14, vigilantes;

Ao se indagarem as empregadas domésticas sobre uma possível volta para o interior, algumas, com um pouco mais de ênfase que outras, responderam que não querem mais voltar. Percebeu-se que, além da precariedade de sua situação passada (a qual, segundo elas, não é muito diferente da atual), os trabalhos pesados da roça e o espaço econômico e cultural da mulher desenvolveram uma certa aversão pela situação anterior. A atividade doméstica “em casa de família” parece ser vantajosa em comparação às atividades rurais. Porém, o processo de socialização no urbano não foi suficiente para adaptá-las ao novo trabalho. Três delas disseram que “no início foi difícil, mas que deu prá se adaptar” (hábitos e padrões de limpeza, formas de conduta, etc.), mesmo que tivessem que “adicionar” os conhecimentos necessários aos já existentes.

O cotidiano da vida familiar está imbricado por atividades econômicas, domésticas, de lazer e de vida familiar. O trabalho absorve dias úteis, fins-de-semana, noites, feriados, etc., porém sofre intermitência e descontinuidade em momentos marcados pela falta de encomendas ou falta de trabalho externo. Um dos confeccionistas aproveita os fins-de-semana em que há feiras e amostras, por exemplo, como momentos importantes de trabalho. Desse modo, é difícil estabelecer limites entre o tempo doméstico e o tempo de produção mercantil, o tempo social de lazer e de descanso e o de trabalho formal.

Alguns teóricos enfatizam que a tendência do desenvolvimento do capitalismo é a destruição do trabalho autônomo. No entanto, é necessário enfatizar que tal processo, no Brasil, está longe de se evidenciar. Inúmeras formas de produção e de trabalho são criadas e recriadas; redefinem-se “novas” modalidades “arcaicas” de inserção de estruturas produtivas. Ao se questionarem os confeccionistas sobre a possibilidade de menor aplicação da força de trabalho e de sua substituição por máquinas, o que tornaria o trabalho menos artesanal, a resposta unânime foi de que é justamente a aplicação da força de trabalho familiar e/ou dos empregados temporários que propicia a permanência do produto no mercado: “a competição com os que produzem com máquinas é muito alta (no sentido de difícil). O custo encarece o produto”.

dos 133, a grande maioria residia no interior (espaço rural). A partir destes dados, pode-se ter uma idéia do limite de espaço urbano para o trabalhador proveniente do meio rural.

2.7 Os ganhos no trabalho informal

As empregadas domésticas foram unânimes na afirmação de que suas remunerações auxiliam no orçamento doméstico. Das doze entrevistadas, nenhuma ganha mais do que um salário e meio por mês. Os depoimentos convergiram, também, em relação à canalização do dinheiro: para a alimentação em primeiro lugar; vestuário e escola para os filhos em segundo - “não tenho estudo, (...), não pagam mais”. “Só com o ganho do marido, passamos fome” - “Esses dias pedi aumento, me demitiram na hora” - “Ficar sem esse dinheirinho, por pouco que seja, faz falta”. Todas as entrevistadas trabalham no centro, em “casas de família”.

No caso do trabalho a domicílio, a esfera da renda não é muito diferente. Na opinião de várias delas, o rendimento “dá para o sustento da família”, não representando uma elevação no nível de vida. Conforme uma confeccionista: “É muito difícil saber quanto se ganha, porque as coisas (matérias-primas), os pagamentos variam”. Em nenhum dos “ateliers”, há um processo de contabilidade efetivo: “Não temos uma noção certa (do estoque do produto e da matéria-prima), vai meio nos tombos”.

As instabilidades e as incertezas da sua participação no mercado, do poder de compra das pessoas, refletem-se no seu espaço e nas suas decisões econômicas. Três costureiras, todavia, relataram que preferem assim “do que ganhar quem sabe um salário numa empresa”. O horário, a flexibilidade, a possibilidade de conciliar trabalho e cuidados dos filhos, da casa, a baixa instrução, etc. apresentam-se como motivos fortes, para sua permanência na atividade por conta própria, mesmo que esta não lhes garanta bons rendimentos.

Dessa forma, o trabalho informal a domicílio, analisado aqui parcialmente, não se constitui apenas em uma alternativa à situação sócio-econômica difícil que se expressa mais na classe trabalhadora sob a forma de desemprego, mas pode-se tornar um espaço de adequação às formas próprias (alguns chamam de “livre iniciativa”) de organização, de inventividade, de afrontamentos, enfim, um locus de uma complexa articulação de atividades econômicas, domésticas, permitindo ao trabalhador enfrentar e desvendar as relações da esfera do trabalho com outras dimensões da vida e do contexto social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, neste trabalho, pontuar algumas idéias que tentam contemplar teoricamente a questão da informalidade. Alguns a identificam como um setor; outros consideram que esse termo expressa dicotomia e/ou dualidade. Prefere-se a idéia de relação. A ótica da relação permite que ela seja analisada numa perspectiva dinâmica e contraditória, imbricada, produto-produtora de realidade heterogêneas, numa esfera econômica e sócio-cultural determinada.

Vê-se que não há como perder de vista questões estruturais, que vão desde o paradigma técnico-econômico e que passam pelo modelo de desenvolvimento econômico, principalmente nos países subdesenvolvidos, com todos os problemas daí decorrentes. Porém, não se pode perder de vista os atores, os sujeitos, as pessoas, o específico, o espaço cultural, presentes nas realidades nem sempre contingentes, expressando variedades de formas de vida social, firmadas no imaginário (e seu cotidiano) e nas práticas sociais dos espaços sócio-econômicos específicos.

A ótica analítica da relação permite, portanto, orientar-se a análise da informalidade, não só na sua pura e simples articulação funcional com as formas globais do capital, mas, sim, contemplando as estratégias próprias da ação e reação constitutivas de relações sociais de produção. Desta forma, a análise empírica pode contribuir para um conhecimento mais apurado das questões teóricas que contemplam a existência e o funcionamento do setor informal.

Como diz AZEVEDO (1993), pensar na informalidade exige fazer referência à pluralidade de racionalidades no interior do setor, cujas diversidades e evoluções contínuas tornam instável grande parte das hipóteses elaboradas em um nível mais global. A definição da informalidade, seja como amortizadora de conjunturas de crise econômica, seja como emergência resultante de atividades mais lucrativas de mercado, depende do perfil particular de cada atividade do setor informal.

Observa-se que alguns pontos da vida cotidiana de algumas categorias de trabalhadores estão profundamente envolvidos nas questões de gênero e de divisão do trabalho, sustentadas e ideologizadas em instâncias sociais maiores, porém refletidas e dinamizadas em situações sociais e econômicas específicas. Esses elementos, ao serem contemplados, permitem desvendarem-se as relações da esfera mercantil com outras dimensões da vida social. Vê-se que, por mais que as mulheres se insiram no mercado de trabalho, contribuindo para o orçamento familiar, a ideologia da domesticidade quase não sofre alteração.

Percebe-se que a informalidade, mesmo carregada de preconceitos, ameniza uma série de questões sociais e econômicas. Porém, essa amenização não pode ser confundida com equilíbrio social. Inúmeros problemas permanecem latentes: redução do mercado de trabalho, impossibilidade de competição no mercado, instabilidade frente a questões de mercado, de legislação, da política, baixíssima remuneração da força de trabalho, exploração da força de trabalho no próprio espaço da informalidade (no caso analisado dos “ateliers”, das domésticas), isso sem falar no desemprego potencial que o próprio espaço econômico informal potencializa, seja pela instabilidade, seja pelo aumento diário do contingente de candidatos, entre muitas outras questões.

Apesar de se saber que é difícil implementar uma política público-legal para o espaço informal, devido ao processo contraditório que o mesmo expressa, seja pelas heterogeneidades de atividades e de pessoas envolvidas, isso sem falar na intensa oposição dos grupos que dominam o Estado e efetivam a legislação (burocracia), etc., alguma coisa precisa ser feita. Sob o ponto de vista do trabalhador, a necessidade econômica o faz inventar, criar, efetivar, recriar constantemente situações (muitas delas confrontando interpretações entre o legal e o legítimo) que objetivam certos “ganhos” econômicos. Pelo aspecto do capital, muitas situações revestem-se de aparência de negatividade, porém é bom não esquecer que a dinâmica mercantil está presente (seja no aspecto da distribuição, seja no do consumo ou, então, da própria produção), assim como a tremenda redução do valor da reprodução da força de trabalho (caso, por exemplo, das subcontratações a domicílio) e da média geral do valor da força de trabalho; se há uma concorrência desleal (sob o aspecto fiscal, pela qualidade, pelos preços, etc.), é bom ter presente que os subsídios, empréstimos, infra-estrutura, legislação, não estão direcionados para o espaço econômico desse imenso contingente dos que sobrevivem na informalidade.

Inúmeras questões poderiam ser pontuadas. No entanto, o espaço é restrito e a análise empírica apenas relatou breves situações. Acredita-se ter dado só o “pontapé” da preliminar. O estudo está em andamento, caminhando por outras variáveis e com um objeto de pesquisa maior. No entanto, necessário se faz avançar na perspectiva inter e multidisciplinar (áreas como a economia, a administração, a antropologia, poderiam dar uma excelente contribuição para a compreensão do processo), servindo-se de novas categorias, de novas teorias e de outras técnicas que poderão contemplar essa dinâmica, que não é mais “subterrânea” ou “invisível”, como alguns estrategicamente insistem em afirmar, e, sim, tão atuante, importante, inventiva, premente e carente de interpretações.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Beatriz R. Emprego, desemprego e subemprego: uma revisão da literatura crítica. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v.6, n.1, p. 155-168, 1985.
- _____. Sem lenço, sem documento: notas sobre o trabalho feminino fabril a domicílio. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v.9, n.1, p. 126-135, 1986.
- _____. Economia informal: uma revolução em marcha? *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v.9, n.1, p. 136-140, 1986.
- _____. A pequena produção manufatureira: uma interpretação à luz de uma nova problemática de desenvolvimento. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v.14, n.1, p. 94-113, 1993.
- CACCIAMALI, M. A economia informal 20 anos depois. Porto Alegre, FEE, 1993.
- DE SOTO, Hernando. *Economia subterrânea: a análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro, Globo, 1986.
- GOROSTIAGA, X. La mediación de las ciencias sociales y los cambios internacionales. *Cambio social y pensamiento cristiano em América latina*. Madrid Trietta, p. 123-143, 1993.
- IANNI, Octávio. *Sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.
- KOWARICK, Lúcio. *Espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____. *Capitalismo, dependência e marginalidade urbana*. Estudos CEBRAP. São Paulo, n.8, 1974.
- OLIVEIRA, Francisco. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. Estudos CEBRAP. São Paulo, n.16, p. 5-25, 1976.
- OLIVEN, G. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- RIBEIRO, Luiz (org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.
- SABOIA, João. Tendências do mercado de trabalho metropolitano: desassalariamento da mão-de-obra e precarização das relações de trabalho. In: RIBEIRO, Luiz (org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.
- SANTOS, Theotônio. *Economia Mundial*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- SINGER, Paul. *Emprego, produção e reprodução da força de trabalho*. Economia política do trabalho. São Paulo, HUCITEC, 1977.
- SORJ, Bila (org.). *O trabalho invisível: estudo sobre os trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1993.
- YANNOULAS, Silvia. Trabalho feminino: discursos e realidades. In: FREITAG, Bárbara (org.). *Marx morreu: viva Marx!* Campinas, Papyrus, 1993.

ABSTRACT

LEARNING UP THE INVISIBLE: INTRODUCTORY CONSIDERATIONS CONCERNING THE INFORMALITY

The present article searches for the reflection about the informality question. The main preoccupation is to show, by studying inside the urban periphery of Passo Fundo, the deep inter-relation, conjugation and interpenetration between the social-economic dynamics about the so called informal sector with the formal, showing its unreversibility and importance in the general social-economic process.

Key-words: informality, survival, periphery.

RESUMEN

DESENMASCARANDO LO INVISIBLE: CONSIDERACIONES INTRODUCTORIAS SOBRE LA INFORMALIDAD.

El presente artículo intenta reflexionar sobre la cuestión de la informalidad. La preocupación mayor es mostrar a través de un estudio en la periferia de Passo Fundo, la profunda inter-relación, conjugación e interpretación entre la dinámica socio-económica del llamado sector informal con el formal, mostrando su irreversibilidad e importancia en el proceso socio-económico general.

Palabras-claves: informalidad, supervivencia, periferia.